

Em 2024 os passes navegante® não terão qualquer aumento de preço



FREGUESIAS DE CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO SERÃO SERVIDAS PELO HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO



Loures recebe 24 milhões de euros do empréstimo total do BEI



Apoio financeiro da CM Loures - 60 vagas em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



Índice

Carta ao Pai Natal com Conhecimento ao Homem que Manda Nisto Tudo	2
Loures recebe 24 milhões de euros do empréstimo total do BEI	3
Em 2024 os passes navegante® não terão qualquer aumento de preço	4
Apresentação da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes	5
Ceia de Natal da Academia dos Saberes	6
Insuficiente política de rendimentos para trabalhadores e pensionistas	7
Apoio financeiro para a construção de um equipamento social, que irá permitir a criação de mais 60 vagas em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.	8
NATAL EM LOURES	9
Freguesia – Secular ou Religiosa?	10
FREGUESIAS DE CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO SERÃO SERVIDAS PELO HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO	11
Férias em Cultura	12
Corvo torna-se o primeiro município insular de Portugal candidato à obtenção da certificação Zero Resíduos	13
Dia Internacional dos Migrantes - Peça de Teatro Comunitário	14
LISBOA - PASSAGEIROS DE CRUZEIROS COMEÇAM A PAGAR TAXA TURÍSTICA EM 2024	15
Dia Internacional das Pessoas com Deficiência	16
A Câmara Municipal de Loures atribuiu a 275 agregados familiares, um valor financeiro global de cerca de 480 mil euros	17
Trilogia Socialista?	18

EDITORIAL

Carta ao Pai Natal com Conhecimento ao “Homem que Manda Nisto Tudo”

A minha carta é curta e espero que lhe dediques a tua melhor atenção.

Queria-te lembrar, Pai Natal, que os tempos não têm estado famosos e, em termos de desgraças, as guerras que grassam pelo mundo em todos os continentes não são de molde a considerar esta época, em que apareces sempre com o teu ar jovial e otimista, como tempos de boa esperança.

Este ano, em particular, peço-te que, antes de apareceres, resolvas o que para ti são pequenos problemas e que caso as tarefas sejam demasiado pesadas dêes conhecimento ao “Homem que Manda Nisto Tudo” para que tome providências imediatas. Decididamente, penso que já é tempo de não festejarmos especialmente esta época quando por esse mundo fora milhares de pessoas estão a morrer por causa das guerras. Entre os Dois, ponham fim a essas guerras e quando te voltar a ver junto à lareira só quero ouvir boas notícias.

Aproveito a tua visita nos próximos dias para te lembrar que, além de mim há milhares de pessoas que esperam a tua visita para

darem uma volta à vida e resolverem vários problemas que os têm atormentado.

Há muita miséria por essas ruas e muita gente que não tem onde dormir e que recorre à caridade para tentar ir sobrevivendo. Como Pai Natal, não podes esquecer que uma prenda muito importante para esses milhares de pessoas seria uma casa. Como “próximo” do “Homem que Manda Nisto Tudo”, é tempo de exercereres o teu magistério de “influencer” e arranjares uma solução. Contamos Contigo.

Como já percebeste não te peço uma prenda, peço-te que resolvas alguns problemas que assolam a humanidade onde pior que o grito dos maus é o silêncio dos bons.¹

António Guedes Tavares, diretor Editorial

1 “O QUE ME PREOCUPA NÃO É O GRITO DOS MAUS, MAS O SILÊNCIO DOS BONS” - Martin Luther King



Loures recebe 24 milhões de euros do empréstimo total do BEI

Projetos selecionados no plano municipal plurianual de investimento, até 2027, que incluem a construção e reabilitação de habitação municipal, soluções de adaptação climática, medidas de eficiência energética e de energias renováveis em edifícios públicos, e modernização e construção de instalações de ensino.

O Município de Loures vai receber a primeira parcela, na ordem dos 24 milhões de euros, do financiamento total, aprovado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), contribuindo para a promoção do crescimento económico do concelho e renovação das condições de mobilidade urbana.

O empréstimo-quadro de cem milhões de euros cofinanciará projetos selecionados no plano municipal plurianual de investimento, até 2027, que incluem a construção e reabilitação de habitação municipal, soluções de adaptação climática, medidas de eficiência energética e de energias renováveis em edifi-

cios públicos, e modernização e construção de instalações de ensino.

Deste conjunto, identifica-se a requalificação nas escolas do ensino básico do Zambujal e do Infantado, construções de coberturas em polidesportivos de vários equipamentos escolares, e empreitadas de beneficiação nos parques municipais Adão Barata, Cabeço de Montachique, e Urbano de Santa Iria de Azóia.

A atribuição de apoio para reparações em infraestruturas e equipamentos municipais, na sequência das cheias e inundações, está con-

templada no programa Repor Loures, submetido a candidatura, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

A assinatura de contrato decorreu dia 21, às 15h00, nos Paços do Concelho, em Loures, com as presenças do vice-presidente do BEI, Ricardo Mourinho Félix, e do presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, com o intuito de antecipar impactos sociais e ambientais positivos na melhoria na qualidade de vida dos cidadãos de Loures e na preservação do meio ambiente.



Em 2024 os passes navegante® não terão qualquer aumento de preço

Os passes do tarifário navegante®, em vigor na área metropolitana de Lisboa, e o tarifário de títulos ocasionais dos serviços da Carris Metropolitana, não terão qualquer aumento em 2024.

O tarifário navegante®, recorde-se, não tem qualquer atualização tarifária desde a sua criação, em abril de 2019.

Conforme previsto no Relatório do Orçamento do Estado 2024, este congelamento de preços torna possível, no próximo ano, continuar a efetuar deslocações em todos os operadores de transporte como o navegante® pagando os preços habituais: 30€ para o navegante® municipal - para deslocações dentro de um só município - e 40€ para o navegante® metropolitano - para deslocações nos 18 municípios da área metropolitana de Lisboa.

Da mesma forma, continuam em vigor os descontos previstos para o navegante® família

e +65 mantendo-se a gratuitidade do navegante 12, sendo esta alargada em 2024 aos estudantes sub 18 e sub 23, aguardando-se publicação do respetivo despacho governamental de enquadramento.

Por decisão da Área Metropolitana de Lisboa, também os tarifários ocasionais válidos na Carris Metropolitana não sofrerão alterações no próximo ano, mantendo igualmente o valor que vigorava à data do seu lançamento, em junho de 2022.

Esta iniciativa conjunta dos municípios define que os títulos pré-comprados e de bordo da Carris Metropolitana manterão os seus preços em 2024, uma medida que corresponde a um investimento municipal na mobilidade coletiva e tem como objetivo consolidar os tarifários e o serviço que abrange toda a área metropolitana de Lisboa, desde 1 de janeiro de 2023.

O preço do navegante® mantém-se inalterado deste o seu lançamento em 2019, apesar do

aumento da Taxa de Atualização Tarifária desde essa data – o aumento para 2024 é de 6,43%, conforme determinado pela Autoridade de Mobilidade e Transportes.

O não aumento dos passes navegante® e dos títulos ocasionais válidos na Carris Metropolitana, são medidas que vão ao encontro da necessidade de mobilizar cada vez mais cidadãos para a utilização de transportes públicos coletivos e promover a mobilidade sustentável, respondendo em simultâneo à emergência climática e à economia das famílias.

Fonte: AML



Apresentação da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes

1. É a primeira Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes e tem como lema transformar dados em ação.

2. Conta com um investimento de 60 milhões de euros do PRR para a construção do dashboard de Políticas Públicas; das plataformas de gestão urbana para os municípios,

CIMs e Áreas Metropolitanas; da Plataforma Eletrónica de Procedimentos Urbanísticos; para a capacitação da administração local, entre outros projetos.

3. As ações da Estratégia concentram-se na gestão inteligente de recursos essenciais, como a água, a mobilidade, ou a energia, assegurando a sua alocação eficiente, e o

desenvolvimento de territórios conectados que proporcionem desenvolvimento económico, inclusivo e sustentável, com serviços interoperáveis centrados nas pessoas e nas empresas.

Foi apresentada na segunda-feira, dia 18 de dezembro, a primeira Estratégia Nacional de

Territórios Inteligentes (ENTI), que sob o lema transformar dados em ação, constitui-se como um referencial para facilitar a vida das pessoas e das empresas através dos dados, numa gestão eficiente e sustentável do território tendo por base a inovação e a transparência.

A ENTI conta, desde já, com um investimento de 60 milhões de euros no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No seu desenho e construção colaborativa, participaram ativamente autarquias, comissões de coordenação e desenvolvimento regional, comunidades intermunicipais, e várias entidades, incluindo empresas das áreas das tecnologias e das telecomunicações, instituições de ensino superior e organismos integrados no sistema nacional de ciência e tecnologia.

Este instrumento de política pública vem impulsionar a implementação de 16 iniciativas

estratégicas e 31 recomendações locais que, através de soluções tecnológicas, permitem

antecipar, gerir e planear as necessidades dos territórios, abrangendo áreas urbanas e rurais, num compromisso com a promoção da igualdade territorial.

Atuando nos domínios da governança, sociedade, mobilidade, ambiente, qualidade de vida e economia, as várias ações que compõem a ENTI concentram-se, em parte, na gestão

inteligente de recursos essenciais, como a água, a mobilidade, ou a energia, entre outros, assegurando a sua alocação eficiente, otimizando o funcionamento das cidades, zonas rurais, florestais, áreas de proteção e comunidades em geral.

Além disso, a Estratégia contempla entre os seus objetivos, a cooperação entre autarquias, empresas e academia, promovendo a criação de sinergias e iniciativas, bem como visa capacitar e preparar a comunidade para enfrentar desafios futuros.

Subjacente à ENTI, está uma mudança na abordagem de como será possível gerar dados,

integrá-los, partilhá-los e analisá-los, pelo que a criação da Plataforma de Dados Portugal, coordenada pela Agência para a Modernização Administrativa, vai desempenhar um papel fundamental.

Para o Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa, Mário Campolargo, "a relevância da apresentação da primeira Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes reflete-se num conjunto de orientações para acelerar a transformação dos municípios e posicionar Portugal como uma nação digital. Esta estratégia procura contribuir para uma tomada de decisão pública mais fundamentada, baseada em evidências e alavancar uma gestão ainda mais inteligente de recursos essenciais dos territórios".

A sessão de apresentação teve lugar pelas 15h na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa e é possível aceder a mais informação em www.territoriosinteligentes.pt.

Ceia de Natal da Academia dos Saberes

Ceia de Natal da Academia dos Saberes.

O evento realizou-se no pavilhão Paz e Amizade, em Loures, e traduziu-se num momento de confraternização, partilha e celebração desta época festiva, entre mais de 700 alunos e professores dos polos de Bucelas, Camarate, Sacavém e Loures.



Insuficiente política de rendimentos para trabalhadores e pensionistas

A anafada e bem instalada classe política do bloco central dos interesses, vive numa bolha de bem-estar, tendo como objetivo manter-se a todo o custo no poder, com ou sem a muleta do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista, sendo incapaz de gerar políticas sustentadas de melhoria de rendimentos para a generalidade dos portugueses, sejam trabalhadores ou pensionistas.

Estamos em plena época natalícia, caracterizada pelas reuniões de família, mas também por consumos, muitos deles supérfluos e exagerados, o que só está ao alcance de pouco mais de metade da população portuguesa.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) tornou público recentemente que 4,4 milhões de portugueses seriam pobres sem transferências sociais e que 17% da população está em risco de pobreza.

As remunerações mensais dos trabalhadores portugueses persistem baixas, a saber: cerca de 20% recebem o salário mínimo (que será de 820 euros em 2024), cerca de 50% recebem menos de 1.000 euros e só pouco mais de 3% auferem acima de 3.000 euros.

Os pensionistas portugueses são cerca 3,4 milhões, sendo 2,8 milhões do regime geral e cerca de 600 mil da Caixa Geral de Aposentações, mas também aqui em termos de rendimentos a situação é bastante precária, dando-se o exemplo das carreiras contributivas mais longas, em que os valores mínimos de reforma, para 2024, continuam bastante baixos, 462,28 euros para quem contribuiu mais de 31 anos para o regime geral da Segurança Social e 493,27 euros para quem contribuiu mais de 30 anos para o regime da Caixa Geral de Aposentações.

O baixo nível de salários e de pensões de reforma dos portugueses que trabalham ou já trabalharam, evidencia bem o fraco desenvolvimento económico do país e também as erradas políticas públicas de sucessivas décadas de desperdício de fundos europeus que, entre 1986 e 2022, sem considerar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), têm um saldo positivo de mais de 80 mil milhões de euros, entre o que Portugal recebeu e o que contribuiu para a União Europeia.

À pipa de massa de mais de 80 mil milhões de euros de fundos europeus para ajudar a economia portuguesa e aos empréstimos da troika no

valor de 76,4 mil milhões de euros, acresce ainda o PRR onde estão previstos mais 13,9 mil milhões de euros de subvenções a fundo perdido, sendo de destacar que parte significativa deste montante será usado no combate à pobreza que teima em persistir no país, mesmo para quem trabalha.

Desde a adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, Portugal tem tido extraordinárias ajudas económicas de fundos europeus, mas os portugueses que trabalham ou trabalharam continuam a ter rendimentos baixos, ao contrário do que acontece com uma seleta elite financeira entrenchada nas empresas que dependem dos favores do Estado, ao que acresce os donos de avultadas fortunas e de bens de luxo, provenientes da corrupção, situação que também abrange a classe política, desde o topo à base, quer se tenha exilado em Paris ou continue em Lisboa ou em qualquer vila turística à beira-mar plantada.

Aliás, nunca é demais recordar que Portugal tem um Primeiro-Ministro, socialista, ainda em funções, alvo de uma investigação, a decorrer no Supremo Tribunal de Justiça, por suspeitas de corrupção e de tráfico de influências e de um ex-Primeiro-Ministro, igualmente socialista, que aguarda julgamento também por suspeitas de corrupção.

Para além da perceção da corrupção na classe política, desde os mais altos níveis do Estado até às mais pequenas autarquias locais do país, há ainda a considerar a completa miscelânea de convergências entre as áreas política e económica, com a ajuda sempre fundamental de importantes sociedades de advogados, para adornar esta confusão de interesses espúrios com rótulo de legalidade, o que nem sempre é conseguido e depois seguem-se crises políticas, como a atual, que poderiam ser evitadas e fragilizam a imagem internacional de Portugal.

A anafada e bem instalada classe política do bloco central dos interesses, vive numa bolha de bem-estar, tendo como objetivo manter-se a todo o custo no poder, com ou sem a muleta do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista, sendo incapaz de gerar políticas sustentadas de melhoria de rendimentos para a generalidade dos portugueses, sejam trabalhadores ou pensionistas.

Tem havido nos últimos anos uma completa in-

versão das prioridades dos diferentes governos, que ao invés de implementarem políticas de desenvolvimento económico, com vista à significativa melhoria dos salários e pensões, incentivando uma mobilidade social e fortalecendo a classe média, estão mais preocupados em distribuir benefícios sociais de ocasião, como está a acontecer atualmente, o que só momentaneamente melhora a vida dos portugueses, amortecendo tensões sociais já bem patentes, mas não resolvendo o problema de fundo de falta de rendimentos justos e adequados de quem trabalha ou trabalhou.

O ainda Primeiro-Ministro, António Costa, em junho de 2022, fez um apelo às empresas privadas no sentido de contribuírem para um esforço coletivo de aumento de 20% dos salários médios em Portugal, lembrando que na União Europeia o peso das remunerações no conjunto da riqueza nacional é de 48%, ao passo que em Portugal é de 45%.

Sabendo-se que a política salarial do Estado influencia e muito as políticas salariais do setor privado, o apelo feito por António Costa, em 2022, sendo legítimo deveria ter sido acompanhado com um plano calendarizado para a prossecução deste importante objetivo, com a formatação de uma política salarial para funcionários públicos, com uma efetiva melhoria dos rendimentos de trabalho, por exemplo, dos médicos, dos enfermeiros, dos professores, dos técnicos superiores, dos polícias, dos militares e dos assistentes operacionais, mas tudo não passou de um soundbite, sem conteúdo substantivo e sem qualquer tipo de compromisso.

O apelo de aumento dos salários dos portugueses feito por António Costa, em 2022, foi mais uma das muitas e frequentes balelas de encantar do nosso Primeiro-Ministro.

Esta época natalícia com as dificuldades económicas atualmente existentes, é a oportunidade para se começar a pensar se, nas próximas eleições de março de 2024, queremos manter as atuais políticas de empobrecimento geral, ou se pelo contrário queremos expulsar os políticos do bloco central dos interesses, dando oportunidade a novos protagonistas que queiram melhorar a vida dos portugueses e combater a corrupção e o tráfico de influências.

Fernando Pedroso
Líder da bancada do CHEGA na AMO

Apoio financeiro para a construção de um equipamento social, que irá permitir a criação de mais 60 vagas em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Foi assinado um contrato-programa, entre a Câmara Municipal de Loures e a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos (ARPI) de São Julião do Tojal, que visa a atribuição de apoio financeiro para a construção de um equipamento social, que irá permitir a criação de mais 60 vagas em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

O presidente da Câmara Municipal de Loures formalizou hoje este apoio, que corresponde a cerca de 20% do investimento total contratualizado: 2,5 milhões de euros.

“Vamos apoiar em cerca de 350 mil euros esta obra que é muito importante, porque vai dobrar a oferta que existe de lar, numa freguesia tão necessitada como esta”, referiu na ocasião Ricardo Leão.

O autarca salientou ainda a “coragem”, de quem

está a liderar esta associação, “levar projetos destes para a frente, numa altura em que os preços têm aumentado exponencialmente”, e que por isso, a Câmara “quis acompanhar esta coragem” e apoiar financeiramente a parte não elegível desta obra, financiada em cerca de 2 milhões de euros pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de forma a garantir que “este tipo de investimentos não fique parado”, por falta de financiamento.

“Faço votos que esta resposta seja efetivamente dada o mais rápido possível”, lembrando que a premência das necessidades de respostas sociais a crianças e idosos no concelho está nas prioridades do executivo, e, por isso, “temos previstos cerca de 4 a 5 milhões de euros para apoiar toda esta rede”, concluiu o autarca.

Também Fernando Martins, presidente da ARPI de São Julião do Tojal salientou “a importância

de ter a Câmara Municipal como parceira” neste projeto “importantíssimo para os idosos”, que irá criar “mais uma unidade de lar com 60 camas”. Na formalização deste contrato estiveram ainda a vice-presidente da Câmara Municipal, Sónia Paixão, e o tesoureiro da ARPI de São Julião do Tojal, Luis Matias.



NATAL EM LOURES

De 1 de dezembro a 7 de janeiro, o Parque da Cidade, em Loures, recebe a iniciativa Natal em Loures.

Abriu ao público o “Natal em Loures”. Até ao próximo dia 7 de janeiro de 2024, a magia do Natal para toda a família está de volta ao Parque Adão Barata, em Loures.

Pista de gelo, diversões, espetáculos e comércio tradicional são apenas algumas das atrações deste ano, neste evento promovido pela Câmara Municipal de Loures, com entrada livre.

O presidente da Câmara Municipal de Loures marcou presença na abertura do evento, acompanhado por alguns vereadores e presidentes de junta do concelho, apelando a que se “viva o espírito natalício”.

Ricardo Leão agradeceu ainda aos trabalhadores municipais pelo “empenho e dedicação” na preparação deste evento. Traga a família e, até dia 7 janeiro de 2024, venha celebrar o “Natal em Loures”.

Programa completo em <https://app1.cm-loures.pt/natalemloures/>

23 dezembro

11h00
Teatro AGITA
Espetáculo Nicolau – A história do menino que se tornou o Pai Natal

18h00
Oficina dos Sabores “Showcooking”
Onde serão confeccionadas receitas saudáveis alusivas à temática de Natal

21h00
Sociedade Filarmónica União Pinheirense
Espetáculo Set’Encantos

29 dezembro

18h00
Rancho Folclórico Bairro da Fraternidade
Atuação do Rancho Folclórico

19h30
Espetáculo Musical com Anaisa Ferreira

21h00
Academia “Aí! a Dança”
“Flamencas Aí! a Dança”

30 dezembro

11h00
Aula de zumba com a instrutora Dalila Salvador



Freguesia – Secular ou Religiosa?

Tive o privilégio, como alguém dedicado ao “mundo” das autarquias locais portuguesas, de concluir, por via da minha actividade profissional, um ciclo formativo, em representação da Associação Nacional de Freguesias, em todos os distritos de Portugal continental, e nas duas Regiões Autónomas, dos Açores e da Madeira, nos últimos 3 meses, o que me permitiu o contacto com cerca de 1000 formandos, oriundos de freguesias deste país.

Embora a formação fosse sobre o Regulamento Geral de Protecção de Dados, aplicados às autarquias de nível freguesia, incluí, no manual que elaborei, especificamente para este ciclo formativo, um anexo, nem mais nem menos, que o Decreto da Regência de D. Maria I, sedado em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, assinado pelo Marquês de Palmela, Conde de Vila-Flor, José António Guerreiro, e Luiz da Silva Mouzinho d’Albuquerque, datado de 26 de Novembro de 1830, criando, pela primeira vez em Portugal, uma unidade administrativa, infra municipal, classificando-a como JUNTAS DE PARÓQUIA.

E fi-lo, não apenas pelo carácter histórico dessa novidade, única no mundo ocidental, mas também para explicar o exacto momento histórico do nascimento das freguesias, em Portugal, de modo a que os protagonistas desse específico Poder Local português, entendessem, o papel destas, na malha administrativa do País.

Tal facto, era desconhecido pelos meus cerca de mil formandos, incluso os de Angra do Heroísmo, na ilha terceira, reforçando a minha convicção do quão acertado tinha sido a inclusão de um anexo com esta matéria, sendo até irónico, o modo como tive acesso àquele decreto da regência – quando, no século passado, fui vice-presidente dos órgãos da ANAFRE, um colega dos açores, em conversa comigo sobre o assunto disse-me que tinha lá nos seus arquivos o referido decreto, tendo-lhe pedido de imediato que mo enviasse por fax (não existia ainda mails, nem internet), e foi assim que em veio parar às mãos.

Numa das minhas obras sobre municipalismo, publicada em 2007, já referia o assunto, á qual se somam vários artigos, e com este, reitero o assunto, desta feita, motivado pela notícia, neste órgão de comunicação social, de mais uma autarquia, em Loures, celebrando os dois séculos e meio de existência, num óbvio erro.

FREGUESIA. A razão de assim se chamar a

estas unidades administrativas da administração régia de então, escorava-se na circunstância de existirem já territórios onde a igreja exercia a sua jurisdição religiosa, delimitação essa a que se dava o nome de Paróquia, levou o legislador régio a aproveitar essa delimitação, também, para fins meramente administrativos, e por isso o território da paróquia servir simultaneamente para fins seculares, e quanto ao termo “junta”, este é um conceito, ainda hoje utilizado, para designar órgãos administrativos, e por isso a JUNTA DE PARÓQUIA, concorrendo, simultaneamente, com o órgão Curato da Paróquia, ou Pároco de Paróquia, estes na hierarquia religiosa.

O termo FREGUESIA, não se refere, na praxis religiosa, a um território, mas á comunidade cristã – a freguesia (do latim filius eclesiee, filhos da igreja), de uma dada delimitação territorial, a paróquia. Diferentemente sucede com o poder secular para o qual a FREGUESIA é um território, e mais do que isso, hoje, é uma pessoa jurídica colectiva de direito público.

Bem se vê, que estas juntas de paróquia, foram, no século XIX, os nascituros das actuais autarquias, infra-municipais, denominadas FREGUESIAS.

Essa circunstância faz com que actualmente, quando uma FREGUESIA secular, porque autarquia, celebra com pompa e circunstância os “seus” 250 anos, labora num erro grosseiro, sem escora histórica, q.b., estando-lhe até associado um carácter intrusivo de duvidosa aceitação.

A Igreja é livre, obviamente, de celebrar os 250 anos da sua paróquia, seja qual for, pois é essa a factualidade histórica.

Já os órgãos representativos de uma dada Freguesia estão impedidos de celebrar uma data que não existe, uma vez que tendo sido criadas as freguesias seculares no século XIX, nenhuma tem, hoje, mais do que uma centena de anos.

É até de duvidosa legalidade que os poderes autárquicos, chamem a si, a responsabilidade da celebração de datas religiosas, excepto, naturalmente, participando como convidados, sendo essas entidades religiosas as responsáveis pela celebração, porque a isso obrigam as regras da sã urbanidade entre entidades públicas.

A desadequação daquilo que acontece ac-

tualmente, radica num desconhecimento, não só da história, das tradições, mas também do papel de uma autarquia, que é uma pessoa colectiva de direito público, e de uma igreja, que é uma pessoa colectiva religiosa, sem nenhum poder secular, desde pelo menos o Marquês de Pombal, algo que dificilmente se pode aceitar no Portugal do século XXI, a um cidadão comum, e muito menos, reforço, muito menos, a um eleito local, titular de um mandato representativo, conferido pelo povo.

Á primeira, o desconhecimento, é lamentável, mas a insistência, reiterada, desse erro, agora já não se podendo invocar o desconhecimento, é censurável.

Por último, seria da mais elementar justiça, a ANAFRE, aprovar pelos seus órgãos o dia nacional da freguesia, apologia pessoalmente feita, aquando da minha passagem pelos órgãos sociais em 1997, e reiterada, agora, em todas as sessões de formação, acima referidas, realizadas em todo o País, nos 18 distritos, do continente, e nas 2 regiões autónomas, 1 na Região Autónoma da Madeira, e 2 na região Autónoma dos Açores.

A ANAFRE, irá no próximo mês de Janeiro realizar o seu congresso ... nunca se sabe.

Oliveira Dias, Politólogo



FREGUESIAS DE CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO SERÃO SERVIDAS PELO HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO

Depois da reunião de ontem, dia 20 de Dezembro, em que o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, foi recebido pelo Ministro da Saúde, tendo apresentado questões que preocupam a população, nomeadamente que Camarate, Unhos e Apelação, foi revertida a decisão em que as Freguesias em causa passariam a ser servidas pelo Hospital de S. José como hospital de referência e voltam a ser servidas pelo Hospital Beatriz Ângelo.

dia 20 de dezembro, o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, foi recebido pelo Ministro da Saúde, tendo apresentado questões que preocupam a população, nomeadamente que Camarate, Unhos e Apelação passaria a ser servida pelo Hospital de S. José, no seguimento da criação das novas Unidades Locais de Saúde, ao invés do serviço pelo Hospital Beatriz Ângelo, conforme reivindicado pela Câmara de Loures.

Tendo já demonstrado esta preocupação em ofícios dirigidos ao Ministro da Saúde, foi assumido o compromisso de ajustar a integração de Camarate, Unhos e Apelação no serviço pelo Hospital Beatriz Ângelo.

Este compromisso de reorganização corresponde à integração das unidades de saúde do concelho de Loures nas novas ULS, tendo em conta a geografia do território e o histórico das populações no acesso aos seus serviços de saúde de referência.

A proposta inicial de criação de Unidades Locais de Saúde (ULS), entidades que integram os cuidados prestados pelos centros de saúde e pelos hospitais, vinha conferir à população da zona norte do concelho de Loures, utentes do Centro de Saúde de Loures, a integração na Unidade Local de Saúde Loures Odivelas (Hospital Beatriz Ângelo), e à população da zona oriental, inscrita nas unidades de saúde do Centro de Saúde de

Sacavém, o recurso à Unidade Local de Saúde S. José (Hospital de S. José).



Férias em Cultura

A Câmara Municipal de Loures vai promover, entre os dias 27 e 29 de dezembro de 2023 e 30 de janeiro e 3 de fevereiro de 2024, a iniciativa "Férias em Cultura". Um conjunto de bootcamps, ateliês, oficinas e jogos gratuitos para crianças e jovens, que vão decorrer nas bibliotecas, galerias e museus municipais.

Trata-se de um conjunto de atividades que visam incentivar a criatividade das crianças e dos jovens, entre os 6 e os 12 anos, através da oferta cultural e educativa do Município, dando a conhecer os equipamentos culturais do concelho e proporcionando-lhes tempo de qualidade fora do calendário escolar.

Todas as atividades, apesar de gratuitas, estão sujeitas a inscrição prévia através do endereço de correio eletrónico ou contacto telefónico constantes do programa.

Durante a realização da iniciativa serão recolhidas imagens fotográficas, com o intuito de divulgação da atividade municipal.



LOURES
CÂMARA MUNICIPAL

Férias em Cultura

27 DEZ » 29 DEZ 2023
30 JAN » 02 FEV 2024

Galerias
Museus
Bibliotecas

Atividades gratuitas
Conheça a nossa oferta cultural e educativa.

A CULTURA NO CENTRO #lugaresdecultura

cm-loures.pt

Corvo torna-se o primeiro município insular de Portugal candidato à obtenção da certificação Zero Resíduos

Ilha mais pequena e mais afastada da Região Autónoma dos Açores abraça exigente desafio ambiental

O Município do Corvo assinou o compromisso para obtenção da certificação Zero Resíduos, tornando-se o primeiro município das Regiões com estatuto de Reserva da Biosfera, um selo de excelência atribuído pela UNESCO que visa conciliar a conservação e preservação da Natureza com a atividade humana, assente numa estratégia de desenvolvimento económico sustentável, envolvendo de forma ativa as populações locais.

Tratamento local de biorresíduos como primeira abordagem

Este projeto, que pretende combinar prevenção, promoção da reutilização e da reciclagem, centra-se, numa primeira fase, em tentar evitar o transporte de biorresíduos do Corvo para as outras ilhas, introduzindo um sistema de recolha porta-a-porta combinado com a operacionalização de várias unidades de compostagem comunitária. Serão distribuídos contentores para biorresíduos aos cidadãos (um contentor de 7 litros ventilado para a cozinha e outro, de 40 litros, para deposição na rua, bem como dos sets de sacos compostáveis), com identificação do utilizador, por forma a monitorizar a correta separação dos resíduos por cada família. Os trabalhadores encarregados da recolha, consoante o calendário estabelecido, encaminharão os resíduos para os compostores ativos. A mesma equipa, que previamente terá recebido formação específica, garantirá o acompanhamento e monitorização do correto funcionamento dos compostores.

Paralelamente, pretende-se que ocorra a renovação da frota municipal de recolha, mediante a aquisição de duas viaturas de baixas emissões, assim como de todas as ferramentas de apoio às atividades de recolha, compostagem e gestão de resíduos. Um biotriturador será adquirido para gestão da matéria biodegradável de jardins e parques, que servirá como material estruturante para os compostores. Também haverá uma intensa campanha de sensibilização que será realizada aquando da distribuição dos novos contentores, no sentido de informar

os moradores sobre os seus deveres cívicos, sempre visando a facilitar as ações quotidianas sem comprometer a sustentabilidade ambiental da gestão dos resíduos.

O desvio dos biorresíduos do atual fluxo indiferenciado, junto a uma identificação do utilizador para monitorizar a participação no novo sistema de recolha porta-a-porta de alta eficiência, irá permitir um aumento progressivo da quantidade e qualidade dos resíduos recicláveis e irá fundamentar o trabalho de reutilização, reparação e prevenção de resíduos. Numa primeira fase, a recolha das restantes frações será ampliada, permitindo a deposição em pontos específicos dos têxteis (roupa em bom estado) e resíduos têxteis, materiais de construção e demolição, resíduos elétricos e eletrónicos, óleos alimentares usados e monstros.

Promoção da prevenção da produção de resíduos numa fase seguinte

Numa segunda fase, serão implementadas uma série de iniciativas de preparação para reutilização e prevenção de resíduos, nomeadamente:

- Iniciativa-piloto de repair-café e repair-workshop para facilitar a reparação de pequenos eletrodomésticos, móveis, bicicletas, equipamentos desportivos, onde se realizarão cursos, atividades culturais e pequenas feiras, numa ótica da economia da troca e de promoção da circularidade;

- Criação de uma "biblioteca das coisas" para disponibilizar pequenos equipamentos, ferramentas ou objetos vários, cuja utilização seja apenas necessária por pequenos períodos, permitindo ter um stock disponível para toda a população da ilha, sem necessidade de recorrer de adquirir artigos importados de outras ilhas ou do continente;

- Implementação de um sistema de reutilização de fraldas (lavagem e acompanhamento técnico) através das instituições e escolas da ilha, permitindo uma poupança de várias toneladas de resíduos não recicláveis durante os primeiros anos de vidas dos bebés;

- Elaboração de linhas para a implementação do sistema de depósito e reembolso de embalagens, por forma a poder instalar os pontos de de orientação para recolha logo que a legislação o permitir;

- Monitorização e acompanhamento técnico dos eventos culturais e desportivos, assim como das atividades turísticas, numa ótica zero resíduos, evitando o uso de embalagens descartáveis, sejam de papel ou de plástico.

A implementação do projeto "Corvo Zero Resíduos" será monitorizado pela ZERO, e terá o apoio da associação ambiental local Corvo Vivo.

Fonte: ZERO.ONG



Dia Internacional dos Migrantes - Peça de Teatro Comunitário

Para assinalar o Dia Internacional dos Migrantes, o Teatro IBISCO apresentou na Quinta da Fonte, na Apelação, a peça Saaraci, o último gafanhoto do deserto, de Saaraci Coletivo Teatral.

Cerca de 40 crianças da comunidade local assistiram a esta apresentação integrada na programação do Loures Inclusivo, iniciativa promovida, anualmente, pela Câmara Municipal de Loures que visa sensibilizar a comunidade para a diversidade, a igualdade e os direitos de todos os cidadãos, através da promoção da inclusão contra os preconceitos e a discriminação.

A peça faz parte de um vasto programa cultural do projeto de Teatro Comunitário, cofinanciado pelo PRR - Comunidades em Ação, que visa desenvolver a programação teatral regular no Centro Comunitário da Apelação, tendo em conta as problemáticas identificadas na comunidade e no território.

O projeto tem como objetivo ligar e envolver as

peças e as comunidades, através da cultura; criar hábitos culturais e desenvolver a cidadania; estimular a produção diversificada, a fusão entre culturas e contribuir para o combate ao racismo, à discriminação étnico-racial, à xenofobia, ao anti ciganismo, à violência de género, ao tráfico de seres humanos, entre outros.



LISBOA - PASSAGEIROS DE CRUZEIROS COMEÇAM A PAGAR TAXA TURÍSTICA EM 2024

Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Administração do Porto de Lisboa (APL), assinaram, a 21 de dezembro, o protocolo que regula a cobrança da taxa turística aos passageiros de cruzeiros: dois euros por passageiro a partir de 1 de janeiro.

Com a taxa turística por via marítima, é adotado um regime de tratamento de igualdade entre todos os turistas que nos visitam e que pagam uma taxa nos hotéis e alojamentos de Lisboa.

A medida prevê uma receita anual de 1,2 milhões de euros (M€) e que pode representar 0,3% do total da receita da taxa turística para a cidade.

Carlos Moedas, presidente da CML, afirmou que

“Lisboa cresceu (em 2022) 8,2% e o grande motor que permitiu crescer mais face ao país, foi o turismo”. A contribuição da taxa turística “vai ser utilizada para limpar a cidade, para ter espaços verdes e representa uma estratégia para o futuro da cidade, ter um turismo de melhor qualidade, com turistas que contribuem mais para a cidade”.

O próximo passo é a eletrificação do Porto de Lisboa, para que os navios usem apenas energia limpa durante a sua estadia na cidade. “Uma justiça climática, em que todos devem contribuir para a descarbonização da cidade”, refere Carlos Moedas.

Premiado, pela oitava vez consecutiva, como o melhor porto de cruzeiros da Europa, Carlos Correia, presidente da APL, salienta que “a operacionalização da taxa turística é um exemplo construtivo de investimento na cidade”, e acres-

centa que “este protocolo representa o reforço da ligação da cidade ao porto e o empenho em desenvolver a cidade de forma sustentável”.

A APL, acrescenta este responsável, está a desenvolver um projeto de fornecimento de energia elétrica aos navios cruzeiro, para criar condições para que seja apenas utilizada energia limpa quando estão atracados no cais. Com um investimento de 31 M€, a ligação à rede de alta tensão vai concretizar-se nas próximas semanas.

Fonte: CM Lisboa



Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

No âmbito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o Município de Loures promoveu, entre os dias 11 e 15 de dezembro, apresentações musicais junto dos utilizadores do Centro Cultural e Social de Santo António dos Cavaleiros e dos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) da Associação Luiz Pereira Mota e da CREACIL.

Esta atividade, dinamizada pelo Conservatório "Artallis" no âmbito do projeto municipal "Musicarte", e integrada na iniciativa "Loures Inclusivo", pretendeu proporcionar momentos de aprendizagem através da arte, recorrendo à utilização de instrumentos musicais e ao canto.



A Câmara Municipal de Loures atribuiu a 275 agregados familiares, um valor financeiro global de cerca de 480 mil euros

A Câmara Municipal de Loures atribuiu a 275 agregados familiares, um valor financeiro global de cerca de 480 mil euros, com o objetivo de facilitar o acesso da população jovem à habitação e incentivar a fixação, atração e autonomização da população mais nova.

A atribuição dos apoios foi formalizada em duas sessões, uma em Sacavém e outra em Loures, nas quais se procedeu à assinatura dos termos de aceitação no âmbito do programa de Apoio Financeiro à Habitação Jovem 2024.

Estes apoios às famílias mais jovens foram concedidos na modalidade de arrendamento, mas também na de aquisição de imóvel com recurso a crédito.

Para a vice-presidente da Câmara Municipal de

Loures, estes "são apoios diretos à habitação", que têm como objetivo "fixar mais jovens no concelho". Sónia Paixão notou que este é o terceiro ano consecutivo em que o valor atribuído aumenta, sendo que, "em relação à primeira edição, esse valor triplicou". "Esta é uma aposta direta na promoção da qualidade de vida da população", concluiu.

Já o presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, lembrou uma das grandes mudanças na execução deste projeto, que foi o permitir que quem paga prestações aos bancos se candidatasse. "Nos próximos anos, tentaremos aumentar não só as verbas disponíveis, mas também alargar a faixa etária dos candidatos", observou.

Referindo-se aos problemas em matéria de habitação que afetam o país, o Autarca explicou que, em relação aos cerca de 2500 fogos municipais do concelho, está já em curso um Plano de Recuperação de Dívidas e que a autarquia irá realizar obras de melhoramento apenas nos fogos em que os condóminos têm a sua situação regularizada. "Direitos e deveres iguais para todos", disse Ricardo Leão.

O presidente da Câmara Municipal anunciou ainda que o Município, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, irá construir mais habitação nos próximos anos e, a pensar na classe média, alargar estes projetos a cooperativas de habitação nas novas urbanizações que irão surgir.



Trilogia Socialista?

O Partido Socialista elegeu o seu Secretário Geral, contra as expectativas e confessadas opiniões dos doutos do costume, em especial os das televisões, onde qualquer um manda uns bitaites, num festival de “achismo” quase obscuro, ignorando, olímpicamente, quem vota no PS – os seus militantes.

Os apoios de circunstância, de cada candidatura, a que a comunicação social dava alarde noticioso, consoante a figura fosse mais conhecida ou menos conhecida do grande público, como se uma figura valesse mais do que o seu voto singular, e nada menos que isso. Presenciei até uma cena de um grupo de pessoas, onde galhofavam com o anunciado apoio de uma figura pública do partido socialista a uma das candidaturas, num órgão social, onde um deles afirmava “o tipo é conhecido, e então? só tem direito a 1 voto. Olha aqui o Guilherme até vale mais do que isso, só lá em casa dele são 3 votos, próprio mesmo.” E a risada sancionou aquela afirmação.

Algumas televisões até foram desencantar alguns socialistas, à muito afastados da política, e, em bom rigor, aos quais ninguém liga, nem dentro, nem fora do partido, para darem uns bitaites, na campanha externa dos órgãos de comunicação, visando não a informação esclarecida das pessoas, mas sim as posições dos shares de televisão, que como sabemos definem as escolhas dos investidores comerciais televisivos.

O Partido Socialista, lá fez a sua campanha interna, os militantes lá fizeram as suas escolhas, e no final, contrariando, tantas e tantas “opiniões”, o resultado final foi o que os socialistas quiseram. Como tinha que ser.

Pedro Nuno Santos, teve uma clara vitória interna, para Secretário Geral do Partido Socialista, numa escolha óbvia dos socialistas, tendo em vista a fibra necessária para levar, a bom porto, os objectivos do Partido Socialista, e dos destinos de Portugal, seguindo-se-lhe José Luís Carneiro, com um muito bom resultado, diga-se, porém, sem espantar os socialistas pois todos lhe reconhecem também elevadas qualidades, quedando-se na terceira posição, Daniel Adrião, cujo 1% obtido, não espelha o real valor deste socialista, como de resto ficou demonstrado à saciedade, pelo seu desempenho nos debates televisivos.

O momento que atravessamos, no PS, no País, na União Europeia, na Europa, e no Mundo, convoca TODOS para a luta, e o Partido Socialista, precisa de todos e não se pode dar ao luxo de prescindir dos seus melhores, e salvo melhor opinião quer Pedro Nuno Santos, quer José Luís Carneiro, quer Daniel Adrião, tiveram muita coragem, no passo que deram de se candidatarem à sucessão de António Costa, e o empenho depositado pelos três, na campanha interna, foi decisiva para o enorme envolvimento e dinamização do universo socialista como há muito não se via. Foram estes três porque era difícil, porque se fosse fácil viriam muitos outros. É sempre assim.

A exclusão de qualquer um dos candidatos vencidos - José Luís Carneiro e Daniel Adrião - nesta disputa democrática, resultará sempre num projecto coxo para o país, pois as ideias de cada um deles, somando às do Secretário-Geral, Pedro Nuno Santos, formam um conjunto heterogéneo, rico, e variado, de ideias e projectos, cujo resultado final será sempre benéfico para os portugueses e para Portugal.

O Partido Socialista tem que se preparar para as investidas das carpideiras de serviço, cujo ensaio já começou, com tiradas como “António Costa vai fazer sombra a Pedro Nuno Santos” ou “Pedro Nuno Santos é a continuidade, não há diferenças com o passado”, e coisas do género.

Na verdade, sendo António Costa e Pedro Nuno Santos ambos socialistas, é normalíssimo que tenham imensos denominadores comuns, registre-se que ambos iniciaram funções governativas pelo mesmo posto – secretário de estado para os assuntos parlamentares, onde ambos se destacaram, o contrário é que seria estranho. Internamente ambos foram Presidentes das respectivas federações socialistas, António Costa em Lisboa, e Pedro Nuno em Aveiro. Uma diferença, porém se regista, é que António Costa foi eleito local, em Loures (onde ficou famosa a sua iniciativa da corrida entre um ferrari e um burro), e em Lisboa, e Pedro Nuno não fez esse tirocínio (mas é o autor da célebre afirmação “que se lixe a troika”).

Mas também Pedro Nuno Santos foi líder da Juventude Socialista e António Costa não. Diferenças entre ambos? Sim, existem e destaco aqui duas cuja importância é incontornável:

Pedro Nuno Santos, ao contrário de António Costa, é apologista da reposição do tempo de serviço, não só para os professores, mas para toda administração pública, cujo impacto nas finanças públicas é enorme, e reclamará redobrada atenção para manter a tendência de descida do deficit, e das contas certas;

E a Regionalização, o que pessoalmente reanima substancialmente a minha crença de afinal ainda irmos a tempo de uma reforma que, reputo, vital para o País, confirmada pela minha recente deslocação em todos os distritos de Portugal, junto de freguesias, reclamando todas elas, especialmente as do interior, uma descentralização efectiva, em detrimento da bizarra solução que António Costa gizou para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que nem é carne nem é peixe, e não serve para nada, a não ser, o dar a impressão que se fez alguma coisa, sem mexer em nada.

Noutro plano, não se tratando de diferenças materiais, mas sim de diferenças em matéria de tempos de concretização, vem à cabeça o eterno novo aeroporto.



Pedro Nuno Santos foi, o principal arquitecto da salvação da TAP, isto fazendo fé nas palavras dos presidentes dos sindicatos da companhia aérea, em particular o presidente do sindicato dos pilotos, com os quais encontrou uma plataforma de consenso, e gizou um plano de recuperação, apresentado aos cépticos decisores da burocracia da comissão europeia, convencendo-os, salvando, assim milhares de postos de trabalho, salvando um contributo para o PIB nacional de cerca de 10 mil milhões, em dez anos, tendo como contrapartida o investimento na companhia de 3 mil milhões de euros, que serão recuperados pelos 300 milhões pagos pela TAP em impostos, por ano, ao Estado, significando uma recuperação plena desse investimento também em 10 anos.

Registe-se que a direita em peso defendia a solução contrária ... a falência da companhia, lançando para o desemprego milhares de trabalhadores, onerando as despesas da Segurança Social, cavando um buraco 10 mil milhões em dez anos, a menos na economia, e consequentemente o empobrecimento, económico, social e estratégico do país. É isto que deixa a direita feliz. O miserabilismo.



Quanto ao novo aeroporto, António Costa, genuinamente convencido da bondade da uma postura, que atendesse à dimensão nacional do tema, condescendeu nas birras do PSD, cedendo, neste aspecto às pressões oriundas de belém, para um consenso alargado, e alinhou na constituição de uma comissão independente, e uma metodologia cancelada pelo PSD, cujas conclusões foram recentemente apresentadas, para agora este mesmo PSD, anunciar outra comissão para estudar o trabalho da comissão independente, fazendo lembrar soluções à Salazar, pois quando este queria não resolver algo criava uma comissão.

Ora com Pedro Nuno Santos, não haverá mais comissões mas apenas mais decisões, e avançará definitivamente para a construção do novo aeroporto, em linha com as conclusões da comissão independente.



A ferrovia a mesma coisa, uma infra-estrutura essencial para o País, sempre o foi. O Planeamento complexo e demorado está feito, e apresentado, pelo ministério das infra-estruturas pela mão de Pedro Nuno Santos, e João Galamba, e é com Pedro Nuno Santos que a revitalização, quase que um renascimento, á Fénix, dos caminhos de ferro portugueses, com a reactivação de oficinas e material circulante, aproveitando um Know how instalado, em tempos desbaratado, mas que agora faz a diferença, aliado á aquisição de novos comboios, em segunda mão, mas a bom preço, e as decisões quanto á alta velocidade, não esquecendo a bitola que se pretende para o País. O Plano ferroviário nacional é uma revolução que vai acontecer, agora que o seu mentor vai ser Primeiro-ministro.

Tudo boas razões para assustar uma descredibilizada oposição, que se entrega agora a um exercício de ofensas pessoais, e afirmações vexatórias, armas dos incapazes e dos incompetentes, como a sabedoria popular sabe.

E não só, as carpideiras de serviço á direita, esforçam-se em efabular teorias do mais bizarro que há, tentando explorar incompatibilidades, de estatuto político e pessoal entre António Costa e Pedro Nuno Santos, criando fantasmas e sombras e coisas do género de um sobre o outro.

Faz lembrar quando António Guterres foi nomeado Primeiro Ministro por Mário Soares, as teorias que surgiram então sobre as dificuldades que o primeiro-ministro iria ter por causa do Presidente da República, repescando, as carpideiras, desentendimentos internos havidos entre Guterres e Soares no partido. Desiludiram-se rapidamente, quando Mário Soares afiançou que a sua maior alegria era dar posse ao Secretário geral do PS, o que fez, e quando o Primeiro Ministro, António Guterres, convidou o Presidente da República para presidir ao primeiro conselho de ministros, prerrogativa constitucional, antes nunca utilizada, tanto quanto vai a minha memória, embora admita poder estar enganado, mas de facto não me recordo de Cavaco Silva ter convidado Mário Soares para presidir a um conselho de ministros.

As efabulações não passam de desejos confessados de quem as produz, mas raramente se colam á realidade.

Quando apenas se tem como ferramenta um martelo, todos os problemas se assemelham a pregos. A oposição prega assim as tábuas da jangada que a há-de levar para longe ... do povo.

Oliveira Dias, Politólogo





Ficha Técnica Notícias LX - Diretor e Proprietário: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt
Colunistas: Oliveira Dias, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, José Maria Pignatelli, Patricia Almeida, José Manuel Graça
Colaboradores: Miguel Durão, Manuel Vieira.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: Semanal
Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>
Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>
NoticiasLx: <https://NoticiasLx.pt>

[Assinar o Semanário](#)



Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000 pessoas nos concelhos da Grande Lisboa

E.Mail Comercial: NoticiasLx-Pub@Sapo.pt